



ARTIGO

**AS PALAVRAS TAMBÉM
SÃO ATOS:
O DISCURSO DOS
REPUBLICANOS LIBERAIS
NA QUEDA DO IMPÉRIO
NO BRASIL**

Daiane Lopes Elias

Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O presente artigo é oriundo das pesquisas e dos trabalhos já apresentados, relativos aos estudos sobre as linguagens políticas republicanas na virada do século XIX para o XX no Brasil.

Resumo

Com a adoção do vocabulário da política científica pelos republicanos liberais para questionar a Monarquia brasileira, estabeleceu-se uma guerra discursiva que construiu imagens opostas entre os regimes de governo. A Monarquia passou a ser lida como sistema arcaico e de privilégios, enquanto que a República foi associada ao progresso e ao governo de si. Assim, procurou-se compreender como a construção discursiva dos republicanos liberais venceu a disputa política, a partir do estudo de seus atos de fala, principalmente, ao adaptarem e ressignificarem termos que permitiram o surgimento de um novo contexto linguístico eficaz na mudança de regime político do Brasil.

Palavras-chave: Republicanos liberais, discursos políticos, sistemas de governo.

Abstract

As liberal republicans adopted the lexicon of Scientific Politics to question the Brazilian monarchy, a discourse war took place, one which created opposing images for each form of government. Monarchy would be seen as an archaic privilege-based system, while the republic became associated with progress and self-governance. Therefore, we aim to understand how the discourse constructed by liberal republicans won the political dispute, drawing from their speech acts, in particular where they adapted and attributed new meaning to terms that would usher the emergence of an effective new linguistic context for the shift in political regime in Brazil.

Keywords: liberal republicans, political speeches, government systems.

A partir da segunda metade do século XIX a monarquia brasileira passou a ser intensamente questionada por determinados grupos sociais insatisfeitos com a pouca atuação nos círculos do poder político. A busca pela inserção no campo da política por essa parcela da sociedade descontente se deu com a tentativa não apenas de deslegitimar a Monarquia, mas também de assumir o protagonismo, tomando para si os postos de mando do país. Para isso, os diferentes grupos adotaram táticas específicas contra o Império.

Havia, por exemplo, por parte dos republicanos, pelo menos três correntes combativas, duas de inspiração francesa, a positivista e a jacobina, e uma terceira republicana-liberal, ligada ao modelo norte-americano. As referidas correntes faziam frente ao sistema monárquico formulando críticas com o intuito de gerar uma crise institucional do regime vigente. Contudo, esse embate se deu, principalmente, pelo uso da palavra escrita e bem falada em discursos inflamados, haja vista, por exemplo, a importante figura do orador e das técnicas retóricas utilizadas no convencimento da plateia à causa republicana.

As palavras foram entendidas como “armas políticas” contra o Império. O debate de ideias foi capaz de ressignificar o vocabulário do período e criar um ambiente hostil para a manutenção da monarquia em um possível Terceiro Reinado.

Embora existissem várias correntes contestadoras disputando o protagonismo do cenário político à época, foi a corrente republicana de viés liberal que venceu a batalha pelo domínio do campo político brasileiro a partir de 1889. Essa vitória contou com a atuação de importantes expoentes do grupo republicano-liberal para fazer frente ao Império. Cada representante atuava em uma região do país. Alberto Sales, por exemplo, foi um dos principais ideólogos da república liberal paulista. Quintino Bocaiúva, na Corte, também exerceu papel decisivo na crítica contra o Império, assim como Assis Brasil no Rio Grande do Sul.

Esse trio de republicanos liberais atuou de forma combativa, por meio da palavra, utilizada de forma bélica, e do uso das técnicas retóricas, haja vista a passagem no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo de muitos desses contestadores,

ou no próprio curso de Direito da referida instituição, que tinha como prática não apenas formar bacharéis, mas também agentes na ação política, com intervenções através, por exemplo, de textos publicados em jornais, ou para peças de teatro, essas ações, entendidas como transformadoras de colocação no mundo, instauraram uma guerra de palavras contra a Monarquia. Vale destacar que essa formação de base retórica comum entre os seus opositores possibilitou aos referidos contestadores a elaboração de discursos políticos semelhantes e eficientes em prol da mudança de regime político no país.

O debate ganhava peso e as críticas provenientes geravam a “ideia de crise” necessária para que avançassem na derrubada do regime até então vigente. O trio de republicanos liberais elaborou, de forma consciente, discursos políticos muito difundidos nos meios da imprensa da época e que ganharam destaque para além das fronteiras geográficas que representavam. Estava criado assim o cenário desfavorável à permanência da Monarquia. Tanto Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil escreveram, nos mesmos jornais, críticas contundentes contra o sistema político vigente, participaram dos mesmos encontros e clubes republicanos, publicavam obras e manifestos divulgando seus ideais, sob uma mesma visão de mundo pautada na crença do progresso e na tomada do protagonismo político, o que desembocou em um novo projeto para o país: a Proclamação da República.

Estabeleceu-se assim uma guerra de palavras que construiu imagens opostas entre os regimes de governo. A Monarquia passou a ser entendida e apresentada como um sistema arcaico e corrupto, enquanto que a República foi associada ao progresso e ao governo de si. O presente artigo procura compreender como essa construção narrativa dos republicanos liberais venceu a disputa política, a partir do estudo de seus atos de fala, sobretudo, ao adaptarem e atribuírem novos significados aos termos, permitindo o surgimento de um novo contexto linguístico eficaz na mudança do sistema político no Brasil em 1889.

Como mencionado, a insatisfação em relação ao regime monárquico foi o motor necessário para que as várias propostas políticas contrárias ao *status quo* irrompessem e se intensificassem no debate, a partir da segunda metade do século XIX, dentre elas se destacam as que hasteavam a bandeira republicana para que a mudança de regime se desse o quanto antes. Contudo, embora possuíssem significados próprios atrelados ao conceito de república e, por isso mesmo, guardassem suas especificidades, formavam no conjunto um movimento contestador capaz de produzir críticas que originaram um ambiente político desfavorável à permanência do Império.

Desse modo, fizeram escolhas para criar uma linguagem eficaz ao intervir e instaurar o novo regime, que poria fim à falta de protagonismo político dos contestadores. Por meio da linguagem combativa não apenas criavam o novo, mas o constituíam a partir do questionamento aos valores, práticas e instituições monárquicas. Invertia-se o espelho para criar um ambiente favorável para que a nova linguagem instaurasse também uma realidade inédita: a república brasileira. Foi devido à insatisfação com o regime monárquico, visto a impossibilidade deste de solucionar as tensões e demandas existentes na sociedade, bem como a busca de maior inserção nos círculos de poder, que se intensificou a batalha política pela organização do país. Os contestadores então se dividiram pelas correntes republicanas positivista, jacobina e liberal do período. O embate discursivo colocava em oposição os conceitos antitéticos de monarquia e república. A monarquia identificada pelos republicanos como sendo um regime de privilégios, de corrupção dinástica, despótico e de atraso, enquanto que a república era, por excelência, associada ao governo de si, à plena soberania popular, ao bem comum, ao talento e ao progresso. O recurso aos pares de antônimos era muito usado na retórica dos grupos contestadores para macular a imagem monárquica, ao mesmo tempo em que se fortalecia a republicana.

Para isso, os contestadores se valeram das te-

orias científicas de reforma social que marcaram fortemente o Oitocentos, como, por exemplo, o positivismo, o evolucionismo, o cientificismo e o darwinismo social.¹ O que permitiu o empréstimo do vocabulário e dos modos de pensar na formação de uma nova linguagem política republicana que, feita a seu modo, para fins práticos, optou por entender a república brasileira como a forma de governo do progresso, como último estágio da evolução social, ou ainda, como o desvelar do estado positivo. Assim, observa Maria Tereza Chaves de Mello em relação aos grupos contestadores do período e a linguagem combativa por eles propagada:

[...] ela renovou o vocabulário e a semântica. Sob suas premissas passaram a se pensar as “questões” nacionais. O mais importante, é que ela configurou um novo sistema simbólico”, para assim trazer “para a arena pública a percepção da crise de direção que vivia o regime (MELLO, 2011, p. 124).

A necessidade de superar a fase monárquica, que passara a ser sinônimo de atraso e crise no discurso republicano, tornara-se a ordem do dia. A crença no progresso a fez anacrônica e o choque entre os dois conceitos de velho (monarquia) e novo (república) se deu. Cada grupo político desenvolveu um significado próprio para a república que almejava

implantar, o que demonstrou a grande mobilização de recursos semânticos, não apenas para mudar a realidade do Brasil, mas para que, ao se alterá-la, se garantisse também os postos de comando aos “líderes” dos grupos contestadores. A busca pela inserção no campo político fora o elo comum dos opositores do Império. Sendo assim,

Meetings, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes num simbolismo renovado (MELLO, 2007, p. 11).

Assim, a guerra discursiva fez uso dos mais variados recursos e episódios na tentativa de formular atos de fala eficazes ao combate e instaurar um clima desfavorável à manutenção do império no Brasil. Com o estudo das enunciações dos principais representantes republicanos é que se torna inteligível o período de contestação do Brasil-Império, visto que se permite uma melhor compreensão das particularidades, motivações e interesses dos contestadores, sobretudo dos liberais, vitoriosos na disputa pelo poder.

Em relação à oratória, o grupo de propagandistas da república “buscava [...] seduzir a plateia, ávida de discursos grandiloquentes e predisposta à submissão pela palavra e pela teatralização gesticulatória” (MELLO, 2007, p. 52). Por isso, a propaganda se tornou uma das melhores e mais utilizadas armas para deslegitimar o *status quo* monárquico. Foi desse modo que os seus discursos se tornaram arma contra o Império e instrumento de caráter pedagógico na disputa pela organização do país, o que era facilitado pela formação de base retórica do período compartilhada pelos contestadores.² Assim, explica-se a

importância dada à propaganda feita na imprensa,³ *Meetings* e/ou Clubes, que, como forma primordial de intervenção no debate da época, intensificou a disputa no campo linguístico, sendo capaz de criar uma linguagem política republicana eficaz ao deslegitimar o Império e ao justificar o “novo”. A república passava a ser “o regime das oportunidades para todos os letrados alijados das oportunidades públicas na quadra final da Monarquia” (MELLO, 2011, p. 130). Apresentada como o

progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável

e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle (MATTOS, 1989, p. 165).

Com o estabelecimento de um novo regime as esperanças de oportunidades e de um maior espaço político se renovaram. E por ser a sociedade brasileira oitocentista fragmentada, a proposta apresentada pelos republicanos liberais foi a que melhor se adequou às circunstâncias nacionais, já que o coletivo era entendido tão somente como o somatório dos interesses particulares. O discurso liberal, centrado na valorização do interesse pessoal, adequou-se à sociedade brasileira que tinha como uma de suas principais marcas a inexistência da nação.

Contudo, os primeiros anos do novo regime mostraram que o ideal republicano liberal, pensado antes de sua implantação, não correspondeu à realidade, pois o que prevaleceu foi o espírito predatório, sem comprometimento com a virtude republicana. O problema de equilibrar o público e o privado se manteve, embora a corrente vitoriosa pregasse o não patrimonialismo, o não apadrinhamento de cargos e a seleção pelo mérito individual. As velhas práticas continuaram, inclusive, com a “nova elite política” que entre o público e o privado optou por satisfazer seus próprios interesses, algo típico de uma sociedade fragmentada, sem um forte sentimento de pertencimento. A nação não fora construída pelo Império e os elos sociais ficaram inconclusos na República, que deixara de ser dos sonhos para cair num real de corrupção conhecido há tempos. Desse modo, explica-se o estado de frustração instalado nos anos seguintes a 1889.

Com a proclamação da República, realizada pelos adeptos de um viés liberal de republicanismo, surge o entusiasmo por mudanças e por maior participação política, principalmente dos setores que não se sentiam protagonistas no cenário político do país. No entanto, esse entusiasmo vivido no momento da proclamação logo viraria sentimento de frustração, sobretudo pela impossibilidade de mudanças efetivas quanto a maior participação política, como destacou José Murilo de Carvalho,

¹ É importante destacar que as obras de teoria científica não se situaram temporalmente tão somente no Oitocentos, mas, de acordo com Tânia Bessone, houve “Registros e comentários a respeito de obras mais lidas ou muito ‘faladas’ na primeira década do século XX”, dentre as quais estavam a dos principais autores utilizados no século XIX quando se tratava de teorias científicas, tais como: Spencer, Darwin, Comte, Haeckel, etc. Ver FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 142. Vale sublinhar ainda que a doutrina positivista, por exemplo, infiltrou-se tanto na sociedade brasileira, adentrando pelo século XX, que chegou a ser tema de música popular brasileira, intitulada “Positivismo” e cantada por Noel Rosa, que também tinha parceria na letra com o jornalista Orestes Barbosa. O trecho seguinte é emblemático: “o amor vem por princípio, a ordem por base, o progresso é que deve vir por fim. Desprezaste esta lei de Augusto Comte e fostes ser feliz longe de mim”. A referida música nasceu no famoso Café Nice, como conta MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 246-247.

² Nesse sentido, um bom exemplo é o curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e a própria instituição de ensino superior em

si que permitiram uma formação comum na arte retórica, como destaca Sérgio Adorno em seu livro *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. Sobre a Faculdade de Direito é importante destacar que seu espaço ia além da formação de bacharéis, visto que a instituição extrapolava o ambiente da sala de aula e o compartilhamento de seu universo pelos alunos era também voltado para a aprendizagem/atuação na esfera política. Os estudantes tinham como prática a escrita em jornais, na literatura e em peças de teatro. Para isso, contavam com o mesmo treinamento de retórica, como destacou Sérgio Adorno sobre a prática que visava envolver emotivamente seus ouvintes e/ou leitores. O domínio da retórica e a atuação na política caminhavam juntas. Por isso, é importante ressaltar a formação retórica comum no ambiente educacional de São Paulo, haja vista que muitos dos futuros contestadores do Império passaram pela instituição quando estudantes. Essa mesma base de ensino também gerava uma visão de mundo compartilhada, através do contato com ideias, autores e obras de cunho filosófico-político em voga no século XIX, já que a vida acadêmica permitiu a criação de um espaço social comum e possível para o envolvimento e participação dos estudantes nas lutas políticas. Essa mesma formação em São Paulo também contribuiu para que, *a posteriori*, a propaganda política tivesse características semelhantes. Exemplo disso foi a própria construção da campanha republicana, tanto por meio de seus escritos políticos, quanto de seus discursos, com argumentos, jogos de palavras e estratégias linguísticas comuns. É desse modo que o curso anexo à Faculdade de Direito e a própria instituição de ensino superior constituem fator fundamental à formação das ideias políticas compartilhadas e críticas do Império, na segunda metade do século XIX.

³ A propaganda era feita, sobretudo, via imprensa que, em fins do Oitocentos, serviu de espaço possível para a batalha discursiva entre os ideais republicanos contra a monarquia, afinal a imprensa muitas vezes ao longo da história se desenvolveu “como um dos meios de transformação, de incitamento à transformação”. Ver PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. p. 170-171.

a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem. O setor vitorioso da elite civil republicana ateve-se estritamente ao conceito liberal de cidadania, ou mesmo ficou aquém dele, criando todos os obstáculos à democratização (CARVALHO, 1987, p. 64).

O autor ressalta também que “o liberalismo foi utilizado pelos vitoriosos como instrumento de consolidação do poder, desvinculado da preocupação de ampliação das bases deste poder” (CARVALHO, 1987, p. 65). Percebe-se assim a permanência, ou mesmo, a construção de mecanismos capazes de afastar a intervenção dos “cidadãos” na cena política. O que se tem é uma briga de elites que, para se manterem no poder, afastam a grande parcela da população das decisões do país.

Contudo, da chegada ao poder até sua permanência no protagonismo político do país, os republicanos liberais fizeram vasto uso de recursos retóricos para convencer e mover à ação um maior número de adeptos aos seus ideais. Desse modo, vale destacar que desde a Antiguidade Clássica, passando à Idade Média, com sua tradição escolástica, e chegando à Modernidade, a arte retórica permaneceu ativa, haja vista, por exemplo, os estudos oferecidos na Universidade de Coimbra (instituição que recebeu grande parte dos filhos da elite brasileira). O estudo de retórica chegou ao Brasil e fez parte da formação estudantil da maioria dos pensadores oitocentistas, inclusive, do trio de republicanos liberais aqui estudados, sobretudo durante a estada no curso anexo e/ou na Faculdade de Direito de São Paulo.

O conhecimento da arte retórica é identificado, principalmente, pelas características discursivas adotadas e pela importância dada à palavra, seja por meio dos registros das falas proferidas durante

as participações em *meetings* e conferências, ou ainda em seu vasto uso na imprensa da época. Assim, apenas para destacar alguns pontos comuns existentes na tríade de republicanos liberais, pode-se começar pelo que seria a consciência do valor conferido ao orador, sua importância e prestígio, em uma sociedade de forte tradição oral sua figura célebre era percebida e explorada, algo evidente nas publicações em jornais, ou mesmo em obras de cunho teórico, ou ainda nos discursos proferidos, tanto por Alberto Sales, quanto Quintino Bocaiúva e Assis Brasil nas mais diferentes regiões do país.

O trio de republicanos contava com conhecimento no meio político e da imprensa e eram respeitados e debatidos nos espaços destinados à discussão política. Várias são, por exemplo, as notas elogiosas ou de debate dos argumentos na cena política nacional, publicadas nos jornais de época sobre a atuação dos três como importantes oradores. Além do valor e prestígio atribuídos à figura de cada orador, sabiam também da importância da palavra bem dita e articulada para um auditório, ou mesmo leitores, previamente conhecidos, no qual direcionavam suas falas. O conhecimento prévio dos ouvintes e/ou leitores orientava à boa construção discursiva e auxiliava à sedução pela palavra e criação de imagens mentais, visando posterior adesão à causa apresentada. Não à toa, Quintino Bocaiúva, por exemplo, dirigia-se aos militares tendo como um dos temas centrais a necessidade de uma maior valorização e participação política dos mesmos. A tentativa de cooptá-los à causa republicana era evidente. Outra característica importante era a escolha precisa de quem citar para dotar o texto de autoridade necessária ao convencimento. O trio republicano possui em comum o empréstimo do vocabulário da política científica⁴ e, obviamente, esse fato traz consigo nomes de peso dos considerados grandes pensadores do século XIX. As citações a

4 Sobre o porquê da adoção da linguagem política científica ver ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.176.

Comte, Spencer, Darwin, por exemplo, são presentes e recorrentes em suas narrativas. Mas não só, pois iam para além das citações de autoridades do período, já que mesclavam ainda aos nomes expressões de época, retiradas das obras desses pensadores. A grande presença, por exemplo, dos *slogans* positivistas é uma marca e dá a dimensão das técnicas retóricas utilizadas conscientemente pelos republicanos liberais.

Deve-se destacar também outra característica discursiva importante que era a escolha de uma linguagem por vezes direta e violenta, sobretudo, nos manifestos, pronunciamentos e em jornais de época, dando claro tom de ataque à família real, atribuindo-lhe ofensas através de ironias, sarcasmos, hipérboles e pela inversão dos significados de uma dada palavra de seu sentido original. Assim, garantiam a agressão verbal e a contínua deslegitimação da imagem real, com o intuito evidente de minar a permanência do governo imperial. A construção de imagens antagônicas dos regimes, pela adoção de conceitos políticos antitéticos nos textos, foi fundamental para a inversão discursiva e para contradizer a narrativa oficial até então vigente. O recurso aos pares de opostos no meio político nacional, via batalha discursiva, permitiu, por meio da crítica, a criação e propagação da ideia de “crise do regime imperial”, estratégia que aprofundou e demarcou o antagonismo com o choque entre as linguagens, antiga e nova, do período.

Maculava-se a imagem monárquica, simultaneamente, fortalecia-se a ideia de um Brasil republicano, reforçando a tensão entre tradição *versus* modernidade. O embate se dava na arena da palavra bem usada e ressignificada para a obtenção de um fim prático: a proclamação da República e a ocupação pelos republicanos liberais dos postos de mando do Brasil. Para isso, renovaram e adaptaram o vocabulário da política científica que tinham pego de empréstimo, assim colaram à imagem da monarquia o signo da decadência e, desse modo, criaram uma nova visão de mundo para o cenário nacional, colocando à prova a tradição e sua perpetuação frente à possibilidade do novo.

A guerra discursiva inaugurou um novo entendimento sobre o cenário político nacional, e, com isso, foi capaz também de ressignificar o entrelaçar do tempo, pois passado, presente e futuro passaram a ser reorganizados e percebidos sob outra ótica. O passado fornecido pela narrativa oficial era substituído por uma nova escrita da história, que exaltava os episódios nacionais de experiências republicanas pontuais, destacando, muitas vezes, por meio de biografias elogiosas, os heróis republicanos construídos nos textos e que não vinham a público por ainda estarem sob o domínio de um governo “tirânico e opressor”, que, de maneira arcaica, freava o desvelar do país na “marcha da História” própria da Modernidade. Assim, o tempo presente não poderia mais aceitar a manutenção da ordem imperial vigente, mas com a tomada de consciência da necessidade de superação dessa estrutura arcaica, equivocadamente deixada até a contemporaneidade, deveria preparar para instaurar o novo, a república. O futuro então se abria à expectativa da realização prática do discurso republicano quando de sua proclamação, um novo regime, com outra história de fundação, valores e horizontes.

Alberto Sales, representante de São Paulo, Quintino Bocaiúva, na Corte, e Assis Brasil, no Rio Grande do Sul, contribuíram imensamente no processo de troca de regime político, eram alguns dos principais agentes republicanos liberais das referidas regiões, atores políticos bastante ativos e hábeis no uso, adaptação e ressignificação das palavras no discurso contestador da Monarquia. De forma semelhante e interativa, disseminaram uma fala muito próxima e coesa de república liberal e extrapolaram as fronteiras geográficas das regiões que representavam. À medida que o grupo ganhava magnitude e saía dos círculos próprios alcançava cada vez mais espaço e adeptos. Desse modo, do discurso de grupo, formaram uma linguagem republicana liberal de caráter contextual, que fez frente à linguagem monárquica e, por fim, a venceu. A vitória foi contra o Império e também contra os outros projetos concorrentes de república para o país.

Por isso, almejou-se descortinar e caracterizar essa linguagem particular, construída em um dado tempo-espaco e transmitida de forma ampla, sobretudo, nas referidas regiões de seus expoentes, embora tenha sido capaz de ultrapassar as fronteiras geográficas, bem como entender, a partir da relação dos textos, intertexto e contexto, os argumentos e recursos de construção das novas significações e seus usos, tendo em mente a busca pela compreensão de quais eram os sentidos para seus atores políticos em seu tempo-espaco e com qual finalidade construía suas falas.

A escolha dos três republicanos liberais, Alberto Sales (SP), Quintino Bocaiúva (RJ) e Assis Brasil (RS), deu-se pela identificação de similaridades entre eles e também pela visibilidade que garantiu uma vasta produção de escritos políticos aos agentes históricos. A visão de mundo compartilhada e formada a partir dos estudos iniciados ainda no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, no caso específico de Quintino Bocaiúva, bem como o efetivo ingresso de Alberto Sales e Assis Brasil no próprio curso de Direito da referida instituição fez com que tivessem, em alguma medida, uma formação comum e, conseqüentemente, compartilhassem uma mesma visão de mundo, pautada em ideias, obras e autores de cunho político-filosófico iguais. Fator que posteriormente permitiu uma propaganda republicana de mesmo viés.

A tríade republicana passou a atuar intensamente no cenário político do período, identificando na monarquia a causa de todos os males sociais, e, a partir disso, inicia-se a formulação discursiva deslegitimadora dos pilares da tradição monárquica. Proclamavam-se “excluídos” dos círculos de privilégios dinásticos e também sem grandes oportunidades na sociedade de então, mas fato é que não se encontravam à margem da sociedade, buscavam, sim, um maior protagonismo político, através da ascensão aos postos de poder do país. Para isso, fortaleceram as críticas ao império, com o intuito de criar, conscientemente, a ideia de “crise” das instituições, forjada pelos contestadores

republicanos para ruir a imagem monárquica nacional. Partiram das críticas à venda da ideia de “crise” do regime imperial, lido e apresentado como atrasado.

Desse modo, optaram por ler a sociedade brasileira oitocentista pela chave interpretativa do decadentismo, fizeram então empréstimos do vocabulário da política científica, para justificar a necessidade de urgência na implementação das reformas sociais e criaram um discurso com artifícios retóricos, argumentos e contra-argumentos semelhantes, centralizando a discussão, sobretudo, na escolha de regime político. Para isso, elegeram dentre os pensadores oitocentistas, aqueles que serviam como instrumento para a construção da narrativa republicana liberal. Vale destacar que, embora cada representante republicano escolhido fosse proveniente de uma região do país, partiam de questões específicas de cada área para então criar um discurso mais amplo e unificador, de âmbito nacional, não se restringindo tão somente às necessidades locais. Manobra adotada para alterar, de forma efetiva, a vida política do país.

Assim, leram os mesmos autores, ou seja, aqueles que propiciavam uma mudança prática ao país, os interpretaram de maneira similar, o que quer dizer instituir o embate entre tradição e o novo, e compartilhavam também o mesmo objetivo, adquirir maior poder, através da obtenção de um protagonismo na cena política. Construía-se assim o discurso republicano liberal coeso, a partir do uso dos mesmos autores, com interpretação similar e para um mesmo fim prático de tomada do poder, respondendo dessa forma as questões do quem, como e o porquê, ou seja, quem foram os autores lidos pelo grupo republicano liberal, como esses mesmos autores foram interpretados/apresentados e com qual finalidade.

Vale sublinhar também que durante o Oitocentos, os campos político e intelectual não eram independentes, o que fazia com que todo o arcabouço ideológico servisse à intervenção na vida cotidiana. Fazia-se uso dos pensadores do século XIX e suas respectivas doutrinas para agir politicamente e chamar à causa republicana liberal.

Assim fizeram Alberto Sales, Quintino Bocaiúva e Assis Brasil, entendidos como agentes de seu tempo, imersos no jogo político, por meio dos usos e *performances* próprias que construía no dia a dia do debate da vida nacional o contexto linguístico vitorioso, pois agiram e reagiram no interior das linguagens existentes, no contexto específico de transição do império à república, e então, foram capazes de emprestar significados próprios aos conceitos políticos à época, sobretudo os de república, federalismo e democracia,⁵ e, a partir disso, transformaram seus discursos em uma linguagem republicana liberal singular e eficaz na queda da monarquia e implantação da república que disseminavam nos tempos de propaganda. A criação de um contexto linguístico próprio foi o mote necessário para fincar a ideia de “crise” do império e abrir caminho à instauração de novas práticas, instituições e valores ligados à experiência republicana.

Obviamente, a construção discursiva e manutenção de uma linguagem republicana liberal singular só foram possíveis porque houve um intercâmbio que propiciou a unificação e coesão para o estabelecimento do contexto linguístico, identificado a partir dos seus textos, intertextos e contexto, oriundos dos fenômenos da linguagem, das palavras e de seus usos, percebidos de forma sincrônica e diacrônica. Assim, o referido intercâmbio e construção linguística se deram a partir da intervenção na vida nacional, com a participação ativa através da colaboração em jornais, *meetings*, Clubes, Partido, conferências e obras de cunho teórico-político, discutidas e apresentadas nos meios acadêmicos, partidário e da imprensa, ou seja, em seus veículos de produção e disseminação.

A ação do trio republicano só pode ser entendida em meio ao contexto que atuavam, assim ao compartilharem a mesma visão de mundo, os mes-

mos usos de autores e leituras é que se torna inteligível a guerra das palavras, durante a virada da monarquia à república. A participação no jogo político originou a criação de uma linguagem republicana eficaz na tomada de protagonismo dessa parcela de propagandistas que, ao cair no real, encontrou as circunstâncias adequadas para vencerem a disputa de poder político, haja vista as características da sociedade brasileira oitocentista, como, por exemplo, a da fragmentação social. Circunstância essa que permitiu ao discurso republicano-liberal sua acomodação de forma prática e, assim, garantiu-lhe a vitória frente às demais propostas republicanas concorrentes do período.

As palavras usadas de maneira própria e acrescidas de novos significados transformaram-se em conceitos que traziam consigo a experiência e a multiplicidade que permitia a dinâmica de uma nova constituição de ideias para instaurar uma realidade inédita. As palavras foram tomadas como armas políticas contra o império e o vencerem. Certamente, em meio à guerra das palavras se poderia fazer um novo uso da antiga expressão francesa: *Às palavras, cidadãos!* Afinal, foi por meio das metamorfoses discursivas que se venceu a guerra no campo linguístico e se obteve por fim o protagonismo político almejado ao assumirem os postos de mando do país, confirmando assim que as palavras também são atos.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BOCAIÚVA, Quintino. *O antigo regime*. Obras completas. São Paulo: Instituto Progresso, 1949.
- BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à república: história do Partido Republicano do Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- BONAVIDES, Paulo; VIEIRA, R. A. Amaral. “Manifesto Republicano de 1870”. In: *Textos Políticos da História do Brasil: Independência – Império (I)*. Fortaleza: Biblioteca de cultura série A – documentário, s/d., p. 533-55.
- BRASIL, Joaquim Francisco Assis. *A República Federal*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1881.

5 Sobre o uso dos conceitos políticos e seus significados ver CARVALHO, José Murilo de. [et al.]. “República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891)”. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam H.; RIBEIRO, Gladys S.; VAZ, Maria João. (Orgs). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 15-35.

_____. *Democracia representativa*. Do voto e do modo de votar. Rio de Janeiro: Typ. De J. Leuzinger & Filhos, 1931.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais, v. 32, n. 3, 1989. p. 265-80.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, setembro de 2000. p. 123-152.

_____.; [et al.]. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Pecado original da república: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.

_____.; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

COMTE, Auguste. *Catecismo positivista*. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1934.

_____. *Cours de Philosophie Positive*. Paris: Garnier, 1949.

_____. "Discurso sobre o Espírito Positivo". In: *Comte*. São Paulo: Abril. Col. Os Pensadores, 1844.

ELIAS, Daiane Lopes. "Embates discursivos: os escritos políticos dos republicanos liberais na queda do Brasil-Império (1870-1891)". In: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.); RIBEIRO, Gladys Sabino. (Org.); CONÇALVES, Monique Siqueira. (Org.); MOMESSO, Beatriz Piva (Org.). *Cultura escrita e circulação de impressos no Oitocentos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, vol. 1, 2016.

_____. *A guerra das palavras: o discurso político dos republicanos liberais na queda da Monarquia no Brasil*. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2020.

FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JASMIN, Marcelo Cantus.; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LESSA, Renato. *A invenção da República: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n° 4, 1989.

MÁXIMO, João; DIDIER, Carlos. *Noel Rosa: uma biografia*. Brasília:

Editora UnB, 1990.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

_____. A República e o Sonho. In: *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, vol. 27, n° 45, jan-jun 2011.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

SALES, João Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Sciencia política*. São Paulo: Teixeira & Irmão, 1891. Edição fac-similar: Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. *Política republicana*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1882, 2v.

_____. *Catecismo republicano*. São Paulo, 1885.

SPENCER, Herbert. *Principles of Sociology*. New York: Appletown, 1882.

